

CRISE DO CAPITALISMO MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO EMPREGO: UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BELO HORIZONTE

Jonas de Oliveira Bertucci^{*}

Cândido Guerra Ferreira^{**}

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo das experiências que se desenvolvem em Belo Horizonte incluídas no contexto da Economia Solidária. Primeiramente, se discute a atual crise do capitalismo e as recentes mudanças na estrutura do emprego, mostrando-se como essas condições impulsionam o surgimento de experiências alternativas e elucidam a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Em seguida, são apresentados os resultados de uma pesquisa ampla e geral, efetuada sobre 84 grupos dessa região, durante a Segunda Feira Mineira de Economia Popular Solidária. Procurou-se investigar essas experiências sobre aspectos políticos, econômicos e sociais. Na conclusão são apresentadas propostas e sugestões para políticas de apoio e fomento a esse tipo de atividade, considerando a experiência recente da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Palavras-Chave: Capitalismo; Economia Solidária; Belo Horizonte.

^{*} Mestre em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e técnico da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE.

^{**} Professor e pesquisador do Departamento de Economia e do CEDEPLAR/UFMG.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, se configurou o quadro de uma nova crise na sociedade capitalista, marcada pela deterioração da antiga estrutura de organização do trabalho e por uma degradação da “sociedade salarial”. Dentro desse contexto, o desemprego no mundo atinge níveis preocupantes, com um intenso aumento do trabalho precário e da informalidade. Contraditoriamente, esse processo, conseqüência do avanço do capital e de sua globalização, cria condições para o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho, fundada em princípios como solidariedade e cooperação, que surge de um movimento popular de contestação a essa situação.

O presente artigo teve por objetivo iniciar um estudo das experiências que se desenvolvem em Belo Horizonte incluídas no contexto da Economia Popular Solidária e que possuem um importante acúmulo de práticas ao longo dos últimos 10 anos. Para tal, foi preciso buscar informações a respeito dos empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, grupos familiares, etc.) que têm se articulado nessa perspectiva de organização econômica. Foi efetuada assim, uma pesquisa preliminar¹ sobre 84 grupos dessa região, durante a Segunda Feira Mineira de Economia Popular Solidária, realizada em dezembro de 2004, procurando-se investigar, ao menos de forma inicial, aspectos políticos, econômicos e sociais.

O trabalho está dividido em três partes além desta introdução. Primeiramente, se discute a atual crise do capitalismo e as recentes mudanças na estrutura do emprego, mostrando-se como essas condições impulsionam o surgimento de experiências alternativas e elucidam a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa sobre alguns empreendimentos dessa capital, o que possibilitou um conjunto de informações que não se tinha conhecimento até então. Na conclusão são apresentadas propostas e sugestões para políticas de apoio e fomento à Economia Popular Solidária.

¹ Como será visto mais à frente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho, está concluindo em 2006 o mapeamento da Economia Solidária no Brasil, entretanto, dados mais detalhados ainda não estão disponíveis. A pesquisa apresentada neste artigo teve o apoio do Fórum Mineiro de Economia Solidária, que executou, em parceria com esta secretaria, o Mapeamento da Economia Solidária no estado de Minas Gerais.

1. A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1.1 A Crise do Capitalismo e as Mudanças na Estrutura do Emprego

O novo regime de acumulação capitalista no âmbito mundial está marcado pelo processo de globalização e financeirização do capital e pelas mudanças na estrutura do emprego e nas relações de trabalho. O crescimento das atividades de serviços de alto nível e turismo internacional, paralelamente ao declínio do emprego manufatureiro e ao aumento descontrolado das atividades informais, somados ao crescimento demográfico e econômico desigual, promove nas grandes cidades em todo o mundo o surgimento de áreas vizinhas completamente contraditórias. *“Cidades cujo esplendor obscurece a pobreza na qual sua riqueza é baseada”* (FRIEDMANN e WOLF, 1988, p.70).

No que se refere às transformações que se verificaram nas relações de trabalho e emprego, estudos históricos a respeito do desenvolvimento do capitalismo nos países do centro do sistema mostraram que, no contexto da chamada “sociedade salarial”², o trabalho – na sua configuração moderna de trabalho assalariado – ocupava uma posição dominante no que concerne à inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, o trabalho desempenhava um papel estruturante no que se refere à determinação da sociabilidade dos indivíduos. A atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro de gravidade da sociabilidade humana. Isto porque o trabalho assalariado era a matriz de uma condição social estável, na medida em que ele dava acesso a – e a ele estavam associadas – certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como a doença, a velhice e o desemprego (CASTEL, 1998)³.

Como se sabe, esta condição social estável vinculava-se, no contexto do “regime de acumulação fordista” que marcou os trinta “gloriosos” anos da “Era de Ouro” do capitalismo, à chamada “norma salarial fordista”; isto é, ao compromisso vigente então no que se refere à repartição do valor agregado entre capital e trabalho, que permitia a transferência de uma parte dos ganhos de produtividade aos salários. Portanto, essa condição social estável estava associada à norma salarial fordista, que viabilizou efetivamente a progressão do poder aquisitivo do salário e estava ligada também à existência do “Welfare State”, ao Estado do

² O que corresponderia, em linhas gerais, ao **fordismo**, de acordo com a concepção da Teoria francesa da Regulação. Ou seja, a fase do capitalismo que, nos países desenvolvidos, vai, grosso modo, do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970.

³ Ler também, do mesmo autor, o importante livro: *Les Métamorphoses de la Question Sociale: une chronique du salariat*, Fayard, Paris, 1995 (edição brasileira: *As Metamorfoses da Questão Social*, Vozes, 1998).

Bem Estar Social, que pode ser considerado como a mais avançada conquista do capitalismo civilizado.

Os dois pilares da condição salarial “fordista” eram, de um lado, uma determinada configuração da relação entre capital e trabalho que permitia uma progressão do salário real. Vale ressaltar que esta progressão não ocorria em detrimento do lucro, pelo contrário, o crescimento sustentado da produtividade permitia o crescimento da remuneração do trabalho assalariado e, simultaneamente, o aumento (ou manutenção em patamares relativamente elevados) da rentabilidade do capital. Por outro lado, tínhamos todos os direitos e as garantias assegurados aos trabalhadores pelo Estado do Bem Estar Social, que asseguravam um nível mínimo de consumo mesmo em situação de ruptura do vínculo de emprego. Portanto, essa condição social estável constituía, do ponto de vista das relações de trabalho e emprego, o núcleo central do compromisso social entre capital e trabalho que dava sustentação ao crescimento econômico dos países desenvolvidos durante a época do fordismo, e que vai entrar em processo de crise no início dos anos 70.

É importante destacar que esse compromisso social e essa condição social estável, à qual tinha acesso grande parte dos trabalhadores (e, em especial, o núcleo politicamente mais relevante desta classe), estabeleciam um certo equilíbrio, uma certa harmonia entre o “econômico” e o “social”, através, notadamente, de uma “domesticação”, ou seja, de um controle efetivo das forças do mercado. A compatibilização entre a esfera econômica e a esfera social, que no caso do capitalismo é, como sabemos, sempre e necessariamente precária, encontrou neste momento da história destes países uma “harmonização precária” principalmente em função do compromisso social que se estabeleceu entre capital e trabalho. “É o núcleo do “compromisso social” que chegou ao auge no início dos anos setenta: um certo equilíbrio - contraditório e frágil, é verdade - entre o econômico e o social, isto é entre o respeito das condições necessárias para se produzir riquezas e a exigência de se proteger aqueles que as produzem” (CASTEL, 1998, p.50).

A partir do final dos anos 1960 e começo dos anos 70 teve início um longo processo de crise do sistema econômico mundial, com o esgotamento do regime de acumulação fordista. As condições de funcionamento do sistema capitalista durante o período fordista vão sofrer um processo de deterioração e de mutação. Verificou-se, em particular, desde então, um movimento de degradação da condição social estável que vigorava para a grande massa dos trabalhadores dos países industrializados e de deterioração da harmonia precária que existia entre a esfera econômica e a esfera social, chegando ao ponto de se configurar uma situação de conflito agudo entre estas duas esferas. Segundo R. Castel a crise levou a uma

desagregação da “sociedade salarial”. Com efeito, registrou-se durante as últimas décadas uma vigorosa ofensiva contra os direitos e a proteção social dos trabalhadores assalariados ligados à relação salarial fordista. Aquela condição estável, os direitos e a proteção social aos quais tinham acesso a maioria dos trabalhadores dos países desenvolvidos passaram a ser considerados, notadamente pela retórica e pelas práticas neoliberais que se tornaram dominantes nos últimos anos, como contrários aos imperativos da competitividade e consequentemente da rentabilidade econômica. Passa a haver um conflito aberto entre o “econômico” e o “social”. Com base no diagnóstico neoliberal de que os direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores durante a época fordista teriam passado a representar um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, verificou-se um ataque sistemático a estes direitos e a essa proteção social na maior parte, senão em todos os países desenvolvidos.

Os resultados mais evidentes deste processo de lenta deterioração da condição salarial, e, portanto, da “sociedade salarial” – em um ambiente macroeconômico marcado pela hegemonia das políticas de corte neoliberal –, são, como é notório, o desemprego de massa e a precarização das relações de trabalho e emprego.

Com o decorrer do tempo, na medida em que se atinge o final dos anos 80 e o início da década de 90, essa situação foi se agravando em decorrência de dois processos profundamente entrelaçados. Esse agravamento é provocado, por um lado, pelo vigoroso avanço da globalização da economia. De que modo então o avanço da globalização das transações e atividades econômicas de um modo em geral, e principalmente das atividades financeiras (a chamada “globalização financeira” que marca uma hegemonia crescente do capital financeiro internacional, subjugando ou mesmo esmagando o capital produtivo), vai afetar a situação dos trabalhadores?

Este movimento vai provocar, de forma generalizada, uma fragilização dos sistemas existentes de proteção social do trabalho e dos trabalhadores, que foram construídos no âmbito dos Estados nacionais e garantidos pelos mesmos. Estes sistemas haviam sido construídos internamente e eram sustentados pelo Estado, cuja posição foi fragilizada pela globalização – e especialmente pela globalização financeira – que reduziu drasticamente a sua capacidade de regulação da economia. Portanto, concomitantemente à fragilização dos Estados nacionais verifica-se uma lenta degradação dos sistemas de proteção ao trabalhador.

Por outro lado, o outro grande fator de agravamento deste processo têm sido as mudanças tecnológicas e organizacionais difundidas no quadro dos processos de reestruturação produtiva que constituem um traço marcante da evolução recente do capitalismo. Os processos contemporâneos de reestruturação produtiva, dadas as suas

características, irão desestabilizar a própria estrutura da relação salarial através dos movimentos de “flexibilização” do mercado de trabalho e do trabalho em geral. Neste contexto, verifica-se a disseminação de políticas e práticas que irão jogar cada vez mais sobre os ombros dos trabalhadores a insegurança e a incerteza que marcam, de um modo particularmente agudo, o atual momento do capitalismo.

Um dos resultados mais importantes desse longo processo de deterioração da “sociedade salarial” é que a figura emblemática do trabalhador no fordismo, o trabalhador típico do regime fordista – isto é, o trabalhador estável, com estatuto definido, contratado geralmente por tempo indeterminado, etc – esse personagem crucial do fordismo, em torno do qual se teceram os principais compromissos político-sociais que davam sustentação ao regime de acumulação fordista, vai perdendo progressivamente a sua importância e vai sendo substituído crescentemente por um outro tipo de trabalhador. Ele está sendo deslocado pelo trabalhador visto agora como mero prestador de serviços, um trabalhador sem estabilidade e outros tipos de proteção social, ou até mesmo sem vínculo empregatício claramente estabelecido. Ou seja, o que poderíamos chamar, para simplificar, de “trabalhador precarizado”, em oposição ao “trabalhador fordista”. Portanto, no contexto dos sistemas de trabalho e emprego dos países industrializados, aquela figura outrora dominante do trabalhador fordista passa a ser progressivamente substituída pelo “trabalhador precarizado”⁴.

Em suma, examinando-se os resultados do processo de reestruturação produtiva a nível mundial – que transcorreu no contexto das mudanças engendradas pela crise do fordismo e pelas tentativas de superação desta crise – constata-se uma profunda transformação das relações de trabalho e emprego; observa-se a emergência de uma nova configuração da relação salarial. Trata-se, portanto, de uma nova configuração da relação capital-trabalho que aparece como resultado deste processo.

1.2 Algumas Considerações sobre a Realidade do País e de Belo Horizonte

Em relação ao caso brasileiro, pode-se dizer, em termos gerais, que estas transformações atingem o país de uma forma particular, em função das especificidades da economia e da sociedade brasileiras. De certo modo, pode-se afirmar que os impactos dos processos de abertura da economia para o exterior (no quadro da “globalização”) e de

⁴ Esta situação lembra, aliás, em vários aspectos, aquela que prevalecia nestes países antes do surgimento e da consolidação do fordismo, ou seja, no quadro do que os autores da chamada “teoria da regulação” denominam de “relação salarial concorrencial”.

reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho e emprego são no Brasil ainda mais negativos, mais perversos em termos sociais do que no caso dos países desenvolvidos.

As razões que explicam a maior perversidade desse processo no Brasil são, até certo ponto, conhecidas. Neste sentido, deve-se registrar que o desenvolvimento do fordismo como regime de acumulação e modo de regulação foi bastante limitado e contraditório no país. Nós tivemos (ou ainda temos?) aqui uma forma “bastarda” de fordismo, denominado por alguns autores de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1988), que contrasta fortemente com o “fordismo central”, especialmente devido ao caráter socialmente excludente do capitalismo brasileiro (FERREIRA, 1997). No que concerne, em particular, às relações de trabalho e emprego, os direitos e a proteção social associados à condição do trabalho assalariado nos países centrais só vigoraram e vigoram de forma parcial e precária em nosso país. Além do mais, alguns desses direitos só foram conquistados recentemente – já durante o processo de crise do fordismo no âmbito mundial – estando, portanto, tenuemente enraizados em nossa realidade e fortemente dependentes da atual situação econômica e, sobretudo, política do país.

As grandes metrópoles brasileiras enfrentam, em maior ou menor escala, os problemas decorrentes das mudanças que se verificaram na economia mundial e de seus impactos sobre a realidade brasileira. A reversão desta situação pode se dar na medida em que os conflitos que se intensificaram no período mais recente (incluindo o abastecimento de água, energia, coleta de lixo e aumento da violência) forem percebidos e reconhecidos como produtos – residuais – desse processo, quando as verdadeiras forças de ação no meio urbano se revelarem. Isso só poderá ocorrer efetivamente se houver uma conscientização a respeito da dinâmica do sistema de produção no qual está baseada toda a economia mundial, onde a finalidade e o sentido de toda a atividade econômica não é a reprodução harmoniosa da sociedade, mas sim a acumulação de capital.

No âmbito da região de Belo Horizonte, o desemprego e o trabalho precário cresceram de forma sistemática e preocupante nos últimos anos, o que confirma claramente o quadro colocado pela crise decorrente do colapso do regime de acumulação fordista a nível mundial. Para caracterizar essa situação podemos observar os dados⁵ da tabela 1 a respeito do município e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

⁵ Extraídos do módulo 9 da pesquisa BH no Século XXI, (CEDEPLAR, 2004), com base nos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED para o município de Belo Horizonte e respectiva Região Metropolitana no período de 1996 a 2003.

Tabela 1**Desemprego e Trabalho Precário no Município e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (1996-2003)**

em 1.000 pessoas

	Município			RMBH		
	1996	2003	Variação % 2003/1996	1996	2003	Variação % 2003/1996
<i>ESTIMATIVAS (em 1.000 pessoas)</i>						
População Economicamente Ativa (PEA)	1.021	1.190	12,5	1.764	2.285	29,5
Desempregados - total	119	212	78,1	224	457	104,0
desemprego oculto por trabalho precário	30	49	63,3	58	107	84,5
<i>TAXAS (%)</i>						
Taxa de Desemprego Total (Desempregados/PEA)	11,7	17,8	52,1	12,7	20,0	57,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH (Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/Sine MG)

Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

Entre 1996 e 2003 a RMBH apresentou um aumento de 104% em sua massa de trabalhadores desempregados, passando de uma situação de 224 mil desempregados em 1996 para 457 mil desempregados em 2003. No mesmo período, o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foi de apenas 29,5%, o que configura um aumento da taxa de desemprego de 12% para 20% da PEA. Da mesma forma se comportou o trabalho precário, que cresce 84,5% nesse período, sendo que o número de trabalhadores nessa situação passa de 58 mil no primeiro ano para 107 mil no último.

No que concerne ao município de Belo Horizonte isoladamente temos: um crescimento de 78,1% da massa de desempregados (de 119 mil desempregados em 1996 para 212 mil em 2003); um crescimento da PEA pouco expressivo, de 12,5%, com um aumento da taxa de desemprego de 11,6% para 17,8% da PEA; e um crescimento do trabalho precário de 63,3%, passando de 30 mil para 49 mil trabalhadores nessa situação. Esse quadro é aparentemente menos dramático no município, porém, em termos absolutos, o mesmo é responsável em 2003 por cerca da metade do desemprego total e do desemprego oculto por trabalho precário da Região Metropolitana de BH.

Este processo de crescimento do desemprego e de precarização das relações de trabalho gera, portanto, uma massa de trabalhadores despreparada, desprotegida pelo Estado e excluída do mercado de trabalho tradicional, que começa a desenvolver alternativas diversas para sobreviver. Alguns encontram o crime como resposta, outros disputam pelas formas mais bárbaras de competição os restos deixados pelo mercado, enquanto alguns escolhem se unir

pela solidariedade⁶. Enquanto os reformistas conservadores buscam medidas paliativas que não atingem o fundo da questão (como o aumento dos recursos policiais para a redução da criminalidade), alguns autores acreditam que as respostas para uma solução estrutural encontram-se no próprio seio da sociedade – no apoio a pequenos e médios empreendimentos que se baseiam em relações de produção e trabalho fundadas na solidariedade.

1.3 A Economia Popular e a Economia Solidária

Essas alternativas emergentes de organização da produção ganham crescente importância frente à crise do emprego e à formação de um exército pós-industrial de reserva, como aponta SINGER (2002b), na forma de movimentos de organização social com uma característica comum: suas ações partem de uma perspectiva emancipatória dentro da própria população excluída e se articulam entre diversas camadas da sociedade, tendo apoio de organizações não governamentais e de governos comprometidos com as causas populares. Necessariamente, esses empreendimentos se fundamentam, seja por um planejamento consciente ou não, em atividades não-capitalistas⁷ de produção e reprodução.

Segundo CORAGGIO (1994), a reprodução da força de trabalho tem sido caracterizada como condição necessária para viabilizar a acumulação capitalista e não como finalidade principal do sistema econômico. Na visão tradicional, o equilíbrio do mercado traria o bem estar social, considerado como um subproduto e um resultado natural da acumulação capitalista. Essa perspectiva, que mercantiliza as relações sociais, é hoje claramente refutada na prática pela exclusão massiva de trabalhadores e pela geração de velhas formas de subordinação do trabalho ao capital. Não se trata de uma situação nova, gerada pela relativamente recente abertura econômica mundial, mas toda a história do capitalismo é acompanhada pela exclusão social. Apesar disso, a ‘acumulação de capital’ é apresentada pela teoria dominante como motivação central que deve reger as atividades econômicas.

Ora, *“En la sociedad moderna, una contraposición efectiva al motor histórico de la acumulación infinita parece posible sólo si se plantea, teórica y prácticamente, un sentido alternativo capaz de encarnarse de manera masiva en mentes y recursos”* (CORRAGGIO, 1994, p. 53). Esse sentido alternativo é a reprodução ampliada da vida humana. O termo que

⁶ Não cabe neste texto discutir as influências e motivações psicológicas e antropológicas para a escolha individual pela violência ou pela solidariedade, mas apenas verificar que elas surgem com a exclusão.

⁷ Isto é, atividades nas quais a relação capital-trabalho não se encontra plena e claramente configurada.

surge nos trabalhos de José Luiz Coraggio – a *Reprodução Ampliada da Vida*⁸ – reflete a lógica primária que diferencia as atividades aqui estudadas das atividades capitalistas. A proposta de Coraggio não é apenas de que a satisfação das necessidades básicas de todos seja colocada como sentido sistêmico, mas a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida. Isso não nega a necessidade da “acumulação”, mas a mantém subordinada à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre produção e reprodução.

O termo “acumulação” é utilizado aqui, evidentemente, não no sentido de acumulação de capital, mas sim significando ampliação da capacidade de geração de riquezas pelo sistema econômico. Aliás, Karl Marx em *O Capital* já assinalava a possibilidade de “reprodução ampliada” (crescimento) sem acumulação capitalista:

“Nas mais diversas formações econômicas encontra-se não só a reprodução simples, mas também a reprodução ampliada. Produz-se mais e consome-se mais progressivamente, e quantidade maior da produção se converte em meios de produção. Contudo, esse processo não se apresenta como acumulação de capital nem tampouco como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador e, em consequência, seu produto e seus meios de subsistência não assumem perante ele a forma de capital” (MARX, Cap. XXII, 1980, p. 695).

Nos últimos anos, inicia-se um debate teórico importante para a definição e classificação dessas novas propostas. No Brasil, entre diversos termos utilizados, destaca-se, principalmente com os trabalhos de Paul Singer, entre outros autores, a *Economia Solidária*.

Formada por diversas unidades que desenvolvem atividades econômicas e começam a se articular em redes de cooperação⁹, a Economia Solidária é constituída, segundo Singer, por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. Sua unidade básica são cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho. Os “empreendimentos econômicos solidários” se diferenciam desse modo, na sua forma organizacional. Seguindo os princípios de autogestão e de cooperação, o ‘capital’ da empresa, em especial os meios de produção, são propriedade dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de

⁸ O conceito da *Reprodução Ampliada da Vida* é cada vez mais difundido e discutido entre os trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários e dentro das ONG’s, governos populares e instituições sociais de diversos tipos que apóiam de alguma forma a Economia Solidária.

⁹ Devido ao seu crescimento recente, informações mais completas a respeito da Economia Solidária no Brasil ainda estão sendo trabalhadas, reunidas e centralizadas.

decisões. Em quase sua totalidade, os empreendimentos econômicos solidários não atuam somente em benefício dos seus trabalhadores sócios, mas de toda a comunidade ou local em que se inserem.

Já Coraggio, desenvolve a idéia do fortalecimento de um outro subsistema, que denomina *Economia Popular*. Regida pela lógica da *reprodução ampliada da vida* e partindo das Unidades Domésticas (UD's), esse subsistema poderia se articular e ganhar espaço, em meio aos outros dois subsistemas da organização econômica atual: a *Economia Empresarial Capitalista* e a *Economia Pública*. Nessa linha, a *Economia Popular* não seria definida simplesmente como 'as atividades das classes mais pobres', mas se caracterizaria pela formação de um *Fundo de Trabalho* voltado para a ampliação das capacidades ("Capital Humano") e da qualidade de vida dos membros das UD's.

Existe no Brasil ainda o termo *Economia Popular Solidária* (EPS), que se desenvolveu a partir da perspectiva de trabalho solidário protagonizada pelas classes populares, quando grupos de excluídos se formam para propor alternativas coletivas de sobrevivência. De início, esses trabalhos baseavam-se em projetos de ONG's de apoio às camadas excluídas, que passaram a adotar a visão libertadora e emancipatória. Esses projetos evoluem e se ampliam na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária e na reflexão pessoal e coletiva tanto no meio urbano quanto rural. Um exemplo disso é a evolução do trabalho da Cáritas Brasileira, que pode ser percebida no gradual desenvolvimento dos PAC's (Projetos Alternativos Comunitários) à EPS¹⁰. Para BERTUCCI e ALVES (2003), a EPS representa a busca por um "*outro projeto de sociedade, que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente*". Nos últimos anos, muitos estudos acadêmicos, mantendo uma relação direta com essas práticas têm sido realizados.

Outros termos são também largamente utilizados como *Sócioeconomia Solidária*, *Economia de Comunhão*, *Economia Social*, etc¹¹. Porém, a presente abordagem será demarcada pelas duas linhas mais consistentes teoricamente – A Economia Popular, de Coraggio e A Economia Solidária, de Singer.

É importante verificar, que essas duas propostas, apesar de se apoiarem em princípios comuns, possuem algumas divergências. A *Economia Popular* diferencia-se da *Economia Solidária*, principalmente na sua forma de inserção no contexto do sistema capitalista. Enquanto a primeira se propõe a formar um subsistema (embora em algum momento possa ter

¹⁰ Para um estudo e relato sobre os PAC's e a EPS da Cáritas Brasileira, ver BERTUCCI e ALVES, 2003.

¹¹ Para uma discussão sobre os diferentes termos e sobre a questão conceitual, ver LISBOA, 2004.

um peso tão importante quanto o subsistema da economia capitalista), a segunda defende uma forma de organização não intersticial ao capitalismo, muitas vezes colocada como uma alternativa (utópica?) de possível superação desse sistema¹² no longo prazo.

1.4 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil

No mundo inteiro, tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos, novas formas de organização das atividades econômicas emergem com essas características. Sejam as cooperativas de crédito, como o Banco do Povo de M. Yunus, os clubes de troca iniciados no Canadá com o *Lets* (Sistemas Locais de Trocas e Comércio) e multiplicados na Argentina, o cooperativismo Irlandês, o complexo cooperativo de Mondragón na Espanha e em outras regiões da Europa, a *economia social* na França, o comércio justo ou as cooperativas agrícolas do MST no Brasil, entre diversos outros (SINGER, 2001).

No Brasil, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e que tem como secretário o economista Paul Singer¹³. Um dos desafios mais importantes da Secretaria para o apoio efetivo à economia solidária no Brasil e para seu reconhecimento pela sociedade é o levantamento de informações mais completas tanto dos empreendimentos como das organizações de apoio, associações e ações dos governos locais. Isso está se dando pela implementação, em 2004/5, do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.

Para por em prática o programa para o mapeamento, foi criado um grupo de trabalho entre membros da Secretaria, trabalhadores e agentes de organizações de apoio à ES que elaboraram referenciais técnicos e conceituais para a melhor definição dos empreendimentos e das atividades da Economia Solidária. Desse modo, foram definidos quatro pontos conceituais principais, sobre os quais deve haver constante reflexão e debate por parte dos grupos já formados e em processo de organização. Sejam eles: autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade. Os grupos que poderão ser classificados como empreendimentos

¹² Embora se tenha uma visão de uma reorganização estrutural da sociedade (por outros meios que não a revolução radical), a proposta ainda é uma semente sendo regada. De qualquer modo, possibilita se pensar novas formas macroeconômicas de planejamento a partir da mobilização e do aprendizado social.

¹³ Essa iniciativa do governo federal foi considerada por Jean-Louis Laville (pesquisador francês, especialista no tema Economia Solidária, com vários trabalhos publicados sobre o assunto) como uma inovação importante no campo das políticas sociais: “face à pobreza massificada e diante das dificuldades para implementar de forma eficaz políticas sociais clássicas, trata-se de apostar na organização coletiva das atividades socialmente úteis. Colocando com outras palavras, trata-se de dar apoio à formalização de um setor da economia que ficou por um tempo demasiadamente longo relegado à informalidade, o que significa organizar a passagem de uma Economia Popular auto-organizada a uma Economia Solidária com direito à cidadania” (*Alternatives Économiques*, n° 220, dez./2003, p. 91).

econômicos solidários e inseridos no Sistema de Informações devem seguir essa primeira definição conceitual, que permite uma definição mais técnica¹⁴ e prática e menos política, apesar da impossibilidade de dissociação completa desses dois critérios.

O levantamento está sendo executado em parceria com as organizações não governamentais e fóruns estaduais de ES de cada região do país. Essas organizações, que têm maior conhecimento dos empreendimentos e da sua região específica, são as mais indicadas para esse processo, pois já vêm trabalhando com os grupos populares diretamente. Porém, deve haver uma articulação completa e coordenada entre as ações locais e nacionais, assim como a capacitação de agentes das regiões, indicados pelas organizações, para a execução do mapeamento.

Em Minas Gerais, o trabalho de campo do mapeamento da ES já está concluído, porém ainda encontrava-se em fase inicial quando da realização desta pesquisa (dezembro de 2004) além de que as informações colhidas ainda estão em fase de tratamento e análise. Um núcleo importante nesse processo foi o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Constituído há cerca de oito anos, o Fórum se forma como um espaço civil para a discussão e integração de informações e ações de apoio à ES¹⁵. Junto ao Fórum Estadual, fóruns regionais são formados (é da articulação com os fóruns regionais que se deu a execução e coleta de informações para o SIES)¹⁶. O fórum da Região Metropolitana de Belo Horizonte ainda encontrava dificuldades de articulação, embora seu desenvolvimento tenha sido muito grande em 2005, sendo que esta foi a primeira região do estado a ser mapeada.

Desse modo, na região metropolitana de Belo Horizonte, que temos como objeto de estudo, não havia, até a conclusão desse trabalho, nenhuma base de informações sistematizadas a respeito das atividades de economia solidária nem tampouco um trabalho para centralização de informações. Pretendeu-se, com o presente trabalho, compreender melhor o desenvolvimento das atividades da ES em Belo Horizonte e contribuir para seu

¹⁴ A definição técnica prevê a inclusão de organizações (a) coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos etc de produção, clubes de trocas.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais; (b) permanentes (não são práticas eventuais); (c) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; (d) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito e; (e) organizações econômicas singulares (empreendimentos individualmente analisados) ou complexas (centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos). Para um maior detalhamento dos referenciais técnicos e conceituais ver SENAES (2004).

¹⁵ Além dos próprios empreendimentos, diversas ONG's participam do Fórum, como a Cáritas Brasileira, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Ação Social Arquidiocesana (ASA), entre outras, além do apoio da prefeitura aos empreendimentos. Porém, é importante destacar que os atores principais que devem guiar as ações são os próprios representantes dos empreendimentos.

¹⁶ Nesse sentido, os fóruns regionais de MG que tem alcançado maiores avanços são o do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, regiões que estão entre as mais pobres do Estado.

fortalecimento e para a articulação inicial do mapeamento coordenado pela SENAES. Os resultados poderão ser utilizados para a consolidação e maior participação dos grupos no fórum da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, por fim, em um âmbito mais amplo, espera-se que este levantamento possa fornecer informações úteis para a formulação de políticas públicas de apoio e fomento a esse tipo de atividade.

2. UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BELO HORIZONTE

Como foi colocado anteriormente, a presente pesquisa foi realizada durante a 2ª Feira Mineira de Economia Solidária, em dezembro de 2004. O evento, que reuniu aproximadamente 250 empreendimentos, dos quais cerca da metade pertenciam à Região Metropolitana de Belo Horizonte, serviu (além, é claro, dos principais objetivos que são próprios à feira) como um espaço de coleta de informações gerais e abrangentes sobre estes empreendimentos.

É importante notar que a inscrição para a feira era livre, aberta para grupos que se reconheciam como participantes da EPS, requerendo apenas ser um grupo coletivo. De fato, é possível que exista uma grande quantidade de grupos em Belo Horizonte que podem ser consideradas como ES. Muitos não participaram da feira por ter pouco acesso à informação, alguns por questões práticas, outros por questões políticas¹⁷. Por esses motivos, não podemos tratar os resultados aqui encontrados como abrangendo todo o universo da ES em Belo Horizonte, mas apenas entendê-los como uma amostragem desse universo¹⁸.

Para a coleta dos dados, foi desenvolvido pelos autores um questionário simples e objetivo, com cerca de 20 questões podendo oferecer uma percepção inicial interessante sobre três dimensões: 1) Primeiro, buscou-se obter as informações mais gerais sobre a forma de organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas; 2) Em seguida foram formuladas questões aos grupos sobre a dimensão econômica, como as formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda possibilitado e as formas de comercialização e inserção no mercado; e por fim, o último grupo de questões

¹⁷ Este parece ser o caso da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável), projeto formado pelos trabalhadores de rua do centro de BH no início da década de 90 e que tem reputação internacional como uma experiência bem sucedida de inclusão social e articulação com o governo e entidades da sociedade civil, mas que apesar de claramente desenvolver uma atividade na mesma direção da ES, não se reconhece efetivamente como tal. Em vista ao seu relativo sucesso e grande crescimento, diversos trabalhos mais detalhados foram realizados sobre essa experiência e sobre o movimento dos trabalhadores de rua em geral, entre eles, ver CARDOSO (2003); SCHIMIDT (2002) e SEABRA (2003). Ver também o site www.asmare.org.br.

¹⁸ Buscando incluir essas experiências, a SENAES, no plano do mapeamento, por meio de bases de informações do MTE e do MDA, fez uma listagem de organizações (no caso de MG, de cerca de 2000 entre associações, cooperativas, ONGs, etc.) que potencialmente poderiam se agregar à ES.

aborda o aspecto da (auto)gestão e da articulação sócio-política do empreendimento. Apresentaremos agora os principais resultados observados sobre estes grupos.

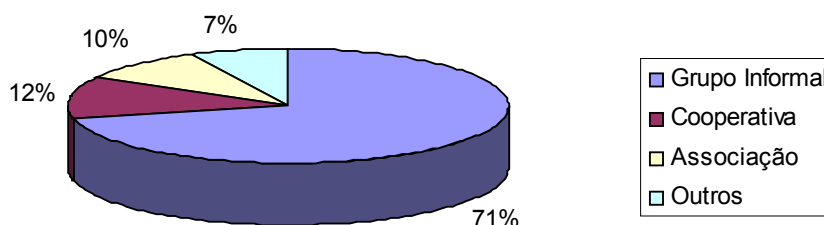
Tabela 2 – Grupos segundo município de origem

Município	Nº de Grupos	%
Belo Horizonte	71	84
Sabará	4	5
Contagem	4	5
Ribeirão das Neves	3	4
Nova Lima	1	1
Betim	1	1
Total	84	100

Segundo os dados na TAB. 2, percebe-se que a maior parte dos grupos, 84%, é proveniente do município de BH. Vindos dos demais municípios somados, tem-se apenas 13 grupos, ou seja, 16% do total. Entre todos, a grande maioria, 81, atuam no meio urbano enquanto 5, no meio rural¹⁹.

No que se refere à forma de organização e a quantidade de participantes, a FIG. 1 mostra que parcela significativa dos grupos que se identificam como EPS são grupos informais (71%), ou seja, grupos sem registro legal, em geral, com menos de 5 participantes. A parcela restante divide-se entre 10 cooperativas, 8 associações e 6 em ‘outros’.

Figura 1 - Grupos segundo forma de organização



¹⁹ A soma é superior a 84, pois 2 grupos marcaram área de atuação como urbano e rural.

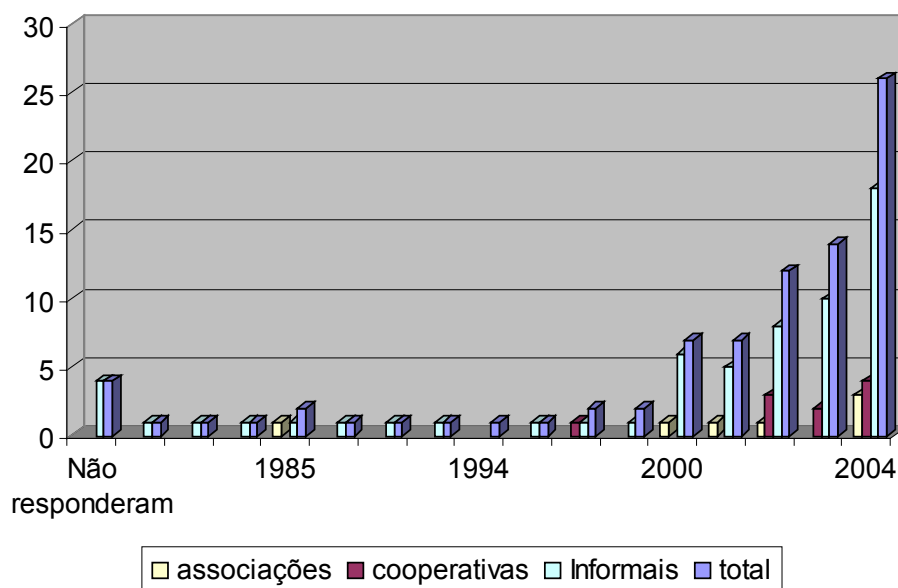
Pela observação da média de indivíduos por grupo de acordo com a forma de organização, é revelado que a média de participantes entre os grupos informais é inferior a 5 indivíduos por grupo. Entre as cooperativas e associações essa média cresce significativamente para 20,5 e 32,9 indivíduos por grupo respectivamente. No total respondido, somam-se 849 trabalhadores em todos os grupos, fornecendo uma média geral superior a 10 indivíduos por grupo. Em relação à divisão de gênero, há uma expressiva dominância do sexo feminino. O resultado aponta 68% de mulheres contra 32% de homens compondo os grupos.

O GRAF. 1 (na página seguinte), sobre a idade dos grupos, aponta que a grande maioria possui menos de um ano de existência²⁰. Enquanto há um maior equilíbrio na dispersão entre cooperativas e associações, os grupos informais mostram grande crescimento nos últimos 5 anos. Isso não representa necessariamente um crescimento de grupos desse tipo nos últimos anos, pois pode ser um resultado apenas da alta volatilidade dos grupos informais, que têm grande facilidade para se formar e se desfazer (alta taxa de mortalidade).

Percebe-se que os grupos observados são caracterizados por atividades pouco orgânicas, não se inserindo em uma rede variada de ramos produtivos. Suas atividades, em geral, não necessitam um nível de qualificação elevado da mão-de-obra nem o uso de equipamentos complexos, sendo de baixo nível tecnológico e com produtos de reduzido valor agregado, havendo grande predominância de artesanato.

²⁰ Não se sabe ao certo quantos foram criados com o objetivo de participar da feira, porém, pode-se observar, para uma melhor percepção, a dispersão dos grupos até 2003, excluindo-se aqueles criados em 2004.

Gráfico 1 - Número de grupos segundo ano de formação



Quanto ao investimento e crédito, a informação resumida nas FIGS. 2 e 3 abaixo revela uma situação perversa quando se quer analisar a sustentabilidade e a capacidade de competitividade dos grupos dentro da economia capitalista. Não apenas a maioria dos grupos não fez qualquer tipo de investimentos (61%), como também se constata que entre os grupos que afirmaram ter realizado investimentos (23 grupos informais, 5 cooperativas, 3 associações e 2 instituições), estes geralmente são quase insignificantes para o aumento da produtividade e da capacidade produtiva do grupo.

A falta de controle sobre os meios de produção, refletida na carência ao acesso e uso efetivo de um conjunto de conhecimentos técnicos, financeiros e gerenciais mais sofisticados é verificada diretamente na dificuldade do acesso a um sistema de crédito. Mais de 40% dos grupos nem ao menos procurou crédito. Somando-se aos que procuraram e não tiveram acesso, têm-se cerca de 85% dos grupos sem utilização desse recurso. Outro dado verificado foi de que em mais da metade dos grupos a renda média é de até um salário mínimo por trabalhador e apenas em 6 grupos essa renda supera 3 salários mínimos.

Figura 2 - Grupos segundo realização de Investimentos

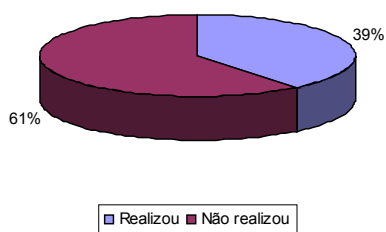
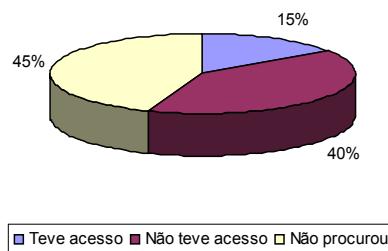


Figura 3 - Grupos segundo acesso a Crédito



No que se refere à participação política e ao desenvolvimento de ações sociais, diversas foram as formas citadas de participação na comunidade, como a oferta de cursos e oficinas gratuitas para a comunidade, em associações ou escolas, auxílio para os filhos dos trabalhadores frequentarem a escola ou ainda a contribuição para o resgate cultural da comunidade, entre outras atividades²¹. Além disso, foi constatado que 60% dos grupos participam do fórum de economia solidária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja uma magnitude significativa em relação ao desemprego total do município, os resultados observados indicam um potencial nada desprezível – pelo menos, em termos absolutos de geração de empregos em decorrência de uma expansão desse tipo de atividade (empreendimentos econômicos solidários). Com efeito, os estudos apresentados possibilitaram uma melhor percepção das dificuldades e desafios para o desenvolvimento da economia solidária em Belo Horizonte. Claramente percebe-se que a camada da população que participa desse tipo de atividade se mantém em uma situação de muita fragilidade, com ainda poucos espaços e caminhos alternativos para desenvolver formas de trabalho que lhes possibilitem uma melhoria significativa de qualidade de vida, assim como a oportunidade de contribuir produtivamente e de forma ampla para a sociedade.

A chamada economia popular solidária constituída em Belo Horizonte, e da qual foi possível examinar apenas uma pequena parte, parece se encontrar, portanto, em um campo de interseção entre duas configurações. Por um lado, possui diversas características da economia popular (informal), que não visa um projeto alternativo ao capitalismo, mas se desenvolve

²¹ De fato, algumas manifestações de solidariedade e de assistência comunitária não podem ser quantificadas diretamente aqui, como no caso de um assentamento rural, onde uma senhora relatou que o caminhão da associação (único meio de transporte no local) é também utilizado para o transporte de membros da comunidade que necessitam de tratamento médico na cidade ou outro tipo de assistência (independentemente de pertencerem à associação).

apenas como uma forma precária de sobrevivência. Por outro lado, também engendra relações do que seria uma economia solidária concreta, mais bem articulada, fortalecida e próxima da lógica sócio-econômica aí imaginada. Com isso em mente, o enfrentamento desses desafios pelo desenvolvimento de uma maior articulação entre esses grupos parece ser uma das possibilidades mais virtuosas desse movimento, para que, antes de ser um caminho tomado pela falta de opção frente à presente realidade, seja uma escolha livre, fruto de uma convicção em seu potencial transformador.

No intuito de evitar eventuais equívocos de interpretação, convém deixar claro nesta nota final que não se pretendeu argumentar neste texto que a Economia Solidária possa se constituir no presente numa solução geral e definitiva para o problema do desemprego no país. Parece evidente que resultados expressivos em termos de redução dos níveis elevados de desemprego verificados na atualidade só poderão ser obtidos com uma retomada vigorosa e duradoura do crescimento econômico, desde que ela seja combinada com a implementação de políticas adequadas de geração de emprego em todos os níveis (micro, meso e macroeconômico).

É necessário, no entanto, ressaltar, por um lado, que a criação de trabalho e renda em virtude de uma expansão da EPS pode trazer uma contribuição considerável para uma política efetiva de combate ao desemprego. Por outro lado (e o que talvez seja mais importante em termos estratégicos), procurou-se mostrar que a EPS representa uma real alternativa – de caráter social e politicamente virtuoso – de crescimento econômico equilibrado que não seja fundado na lógica da acumulação capitalista. Neste sentido, a EPS oferece, portanto, uma forma alternativa de organização das atividades econômicas com capacidade de promover geração de renda, trabalho e inclusão social baseada em uma nova cultura de produção, que também começa a apontar a necessidade de uma mudança radical nos hábitos de consumo da sociedade atual.

Dentro desta perspectiva, considera-se da maior relevância na atual conjuntura do país a adoção de políticas públicas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários. No quadro de uma estratégia que tenha esta finalidade, algumas iniciativas ganham destaque por já terem adquirido um certo consenso no tocante a seus efeitos potenciais em termos dinâmicos. Nesse sentido e finalizando, destacamos abaixo, uma lista de sugestões de

programas de apoio e fomento à economia solidária (diversos dos quais vêm sendo desenvolvidos na linha dos programas da SENAES²²):

- Ações de fomento ao crédito (microcrédito) dirigidas prioritariamente aos empreendimentos econômicos solidários;
- Iniciativas no sentido de promover a capacitação gerencial e organizacional dirigidas a estes empreendimentos (visando, notadamente, fortalecer a ação das gerências no sentido de criar condições efetivas para a autogestão);
- Programas de qualificação de mão-de-obra e de incubação e desenvolvimento tecnológico em benefício destas atividades;
- Ações de apoio à comercialização dos produtos da ES, através da formação de redes de comercialização e complexos de cooperativas;
- Simplificação da burocracia das regulamentações e dos impostos para facilitar a criação de micro e pequenas empresas e definição de uma legislação própria para a ES.

²² Para uma noção mais completa sobre as ações planejadas e realizadas pela SENAES, é importante ver o programa desta secretaria, Economia Solidária em Desenvolvimento, dentro do Plano Plurianual (PPA 2004/5). Ver SENAES (2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTUCCI, Ademar de Andrade e ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). “20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS”. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. “A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte”. Dissertação de mestrado, CEDEPLAR/UFMG, 2005.
- CASTEL, R., “Centralité du travail et cohésion sociale”. In: KERGOAT, J. et alii (orgs.) Le Monde du Travail, La Découverte, Paris, 1998. Uma síntese deste artigo apareceu em: CASTEL, R. “La fin du travail, un mythe démobilisateur”, Le Monde Diplomatique, setembro/1998.
- CEDEPLAR, “Relatório da Pesquisa BH no Século XXI”. Belo Horizonte, 2004.
- CORAGGIO, J. Luis. “Economia Urbana: La Perspectiva Popular”. Quito: Fronesis, 1994.
- FERREIRA, C. G., “O Fordismo, sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro”, Nova Economia, vol.7, nº 2, Deptº de Ciências Econômicas/UFMG, BH, 1997.
- FRIEDMANN, J. & WOLF, G. World City Formation. In: FRIEDMANN, J. Life Space and Economic Space: Essays in Third World Planning. Oxford: Transaction Books, 1988.
- KRAYCHETE, G. e COSTA, B. (org.) “Economia dos Setores populares: Entre a Realidade e a Utopia”. Vozes, 2000.
- LIPIETZ, A., Miragens e Milagres - problemas da industrialização no Terceiro Mundo, Nobel, S. Paulo, 1988.
- LISBOA, Armando de Melo. “Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano”. In: Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, 2004.
- MARX, K., “O Capital”, livro I, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- MONTE-MÓR, Roberto L.M. “Urbanização extensiva e economia dos setores populares”. Mimeo, s/d.
- SENAES. Plano de Ação “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2003.

SENAES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – “Termo de Referência”. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2004.

SINGER, P. “Introdução à Economia Solidária”. Fundação Abramo, 2002a.

_____. “A Economia Solidária”. Td Teoria e Debate, 47 fev/mar/abr, 2001.

_____. “Novo modelo econômico social”. Td Teoria e Debate, 50 fev/mar/abr, 2002b.

_____. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (2002).